

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.715 - RJ
(2019/0117687-0)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : ANTÔNIO RIBEIRO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. SERASAJUD. INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO DE INADIMPLENTES POR MEIO DO ALUDIDO SISTEMA. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO PROVIDO PARA DETERMINAR SUA REAUTUAÇÃO COMO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interno (fls. 147/153) apresentado contra decisão monocrática do Ministro Presidente/STJ que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial interposto (em razão da incidência do óbice das Súmulas 282 e 256/STJ, o que tornou prejudicado, inclusive, o exame do inconformismo recursal pela alínea *c* do permissivo constitucional).

O agravante alega, em síntese, o seguinte: a) "resta evidente o prequestionamento do art. 782, §§ 3º e 5º, e art. 805 do CPC, visto que foram opostos embargos de declaração pela parte ora agravante, (...), objetivando o prequestionamento da matéria" (fl. 150); e b) "restando comprovado o prequestionamento da norma objeto do dissídio, não há o que se falar em inexistência de identidade entre os casos confrontados, ante a irrefutável similitude e o devido cotejo analítico na demonstração do dissenso entre o acórdão vergastado e o acórdão paradigma" (fl. 152).

Requer a reconsideração da decisão agravada ou, sucessivamente, o provimento do agravo interno.

A agravada pleiteia a manutenção da decisão agravada.

É o relatório.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Superior Tribunal de Justiça

Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal e considerando que os argumentos aduzidos nas razões de agravo interno revelam-se plausíveis, no sentido de comprovar a sua tese, reconsidero a decisão ora agravada e dou provimento ao agravo, para que seja reautuado como recurso especial para melhor análise.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

